

Article

Contribuições para a Sistematização de Experiências Ecosocioeconômicas: Um Estudo na Associação Acolhida na Colônia Urubici

Ricardo Pimentel¹, Carlos Alberto Cioce Sampaio²

¹ Doutor em Administração, Universidade Positivo (UP), Brasil. Professor do Programa de Mestrado Profissional em Governança e Sustentabilidade (PPGS) do Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE), Curitiba/PR, Brasil. ORCID: 0000-0003-1804-6691. E-mail: pimentel.ric@uol.com.br

² Doutor em Engenharia de Produção. Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau/SC, Brasil; Professor do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade São Judas Tadeu/Instituto Anima (USJT), São Paulo/SP, Brasil; Professor Visitante no Centro de Síntese Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, Brasil; Professor Visitante do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologias e Meio-ambiente (PPG STMA) da Universidade Evangélica de Goiás UNIEVANGÉLICA / FUNADESP. ORCID: 0000-0002-0664-0266. E-mail: carlos.cioce@gmail.com

RESUMO

O artigo contribui com a sistematização de experiências ecosocioeconômicas, conduzidas por meio da Metodologia de Incubação de Demandas Organizacionais/Territoriais (MIDO-T) e do Formulário Qualitativo de Coleta de Dados (FQCD), para além de seu caráter descritivo, agregando dimensões intersubjetivas. O estudo foi realizado na Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Urubici/SC. Adotou-se o método da imersão fenomenológica combinando a observação participante com entrevistas em profundidade. A análise de dados baseou-se na comunicologia fenomenológica, com suporte do software Atlas Ti 22[®]. A análise fenomenológica identificou três elementos para contribuir com o FQCD: (1) elementos da história social, econômica e cultural do território, que impactam na configuração e nos resultados da experiência; (2) benefícios coletivos percebidos pelos sujeitos; (3) valores coletivos. Esses elementos contribuem para a apreensão, descrição e compreensão de dimensões intersubjetivas na sistematização de experiências ecosocioeconômicas. Os elementos históricos ampliam a compreensão da configuração da experiência, e de seus resultados. A identificação de benefícios e valores coletivos percebidos contribui para conhecer o processo de produção de sentido, e com isso compreender de que forma as relações intersubjetivas revelam aspectos que não são apreensíveis de forma direta. Em relação à MIDO-T e ao FQCD faz-se as seguintes recomendações: (1) que na sistematização sejam privilegiados métodos de pesquisa que ampliem o envolvimento do pesquisador com a realidade estudada; (2) inclusão de campos no FQCD que permitam coletar dados referentes aos elementos apresentados acima; (3) substituir o nome do formulário para Formulário de Sistematização de Experiências Ecosocioeconômicas (FSEE), para explicitar sua função e seu objetivo, bem como ampliar sua abordagem.

Palavras-chave: ecosocioeconomias; teoria da prática; inteligibilidade; turismo de base comunitária.

ABSTRAT

The paper contributes to the systematization of eco-socioeconomic experiences, conducted through the Methodology of Incubation of Organizational/Territorial Demands (MIOTD) and the Qualitative Data Collection Form (QDCF), beyond its descriptive character, adding intersubjective dimensions. The study took place at the Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia in Urubici/SC, and adopted the phenomenological immersion method, combining participant observation with in-depth interviews. Data analysis was based on phenomenological communication, supported by Atlas Ti 22[®] software. The phenomenological analysis identified three elements to contribute to the QDCF: (1) elements of the social, economic, and cultural history of the territory, which impact on the configuration and results of the experience; (2) collective benefits perceived by the subjects; (3) collective values. These elements contribute to the apprehension, description and understanding of intersubjective dimensions in the systematization of eco-socioeconomic experiences. The historical elements broaden the understanding of the configuration of the experience, and its results.



Submissão: 05/06/2023



Aceite: 05/10/2023



Publicação: 27/10/2023



The identification of perceived collective benefits and values contributes to understanding the process of meaning production, and thereby understanding how intersubjective relationships reveal aspects that are not directly apprehensible. Regarding the MIO-TD and the QDCF, the following recommendations are made: (1) that research methods that expand the researcher's involvement with the studied reality are privileged in the systematization; (2) inclusion of fields in the QDCF that allow collecting data referring to the elements presented above; (3) replace the name of the form with the Systematization of Ecosocioeconomic Experiences Form (SEEF), to explain its function and purpose, as well as broaden its approach.

Keywords: eco-socioeconomics; practice theory; intelligibility; community-based tourism.

1. Introdução

A ecosocioeconomia enfatiza a abordagem metodológica-empírica como elemento de diferenciação em relação ao ecodesenvolvimento (Sachs, 1996; 2007; Sampaio et al., 2014; Sampaio, 2019; Sampaio et al, 2020). Com esse objetivo, o Núcleo de Ecosocioeconomia (NEcos)¹ catalogou e formou uma base de dados construída a partir de estudos que se utilizam da Metodologia de Incubação de Demandas Organizacionais/Territoriais (MIDO-T), por meio do Formulário Qualitativo de Coleta de Dados² (FQCD). Esse empreendimento pode ser demonstrado por diversos trabalhos publicados com contribuições teóricas e práticas (Sampaio et al., 2019; Alcântara & Sampaio, 2019).

Novos desafios se impõem e um deles é a reflexão sobre o papel, a amplitude a atualidade de cada uma das dimensões contempladas na MIDO-T e no FQCD, e seus resultados práticos. Outro desafio é ultrapassar a etapa descritiva, focalizando dimensões subjetivas e de apreensão não imediata. A complexidade das ecosocioeconomias requer um esforço para a ampliação do arcabouço teórico-metodológico que sustenta os estudos, que aqui se baseia na priorização da dimensão coletiva. Para tal, utiliza a Teoria da Prática (Schatzki, 2002; 2012), e autores que estudam a sustentabilidade em perspectiva que privilegia a mudança (Pantzar & Shove, 2010; Shove et al., 2012).

A pesquisa foi realizada na Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (AACC) no município de Urubici/SC, e adotou o método da imersão fenomenológica (Pimentel & Nogueira, 2018). Os resultados apontam três elementos sobre o território a serem inseridos como campos no FQCD, e contribuem com a sistematização: (1) elementos da história econômica, social e cultural; (2) benefícios coletivos percebidos; (3) valores compartilhados.

O estudo de experiências ecosocioeconômicas a partir da perspectiva da Teoria da Prática contribui com o desafio de constituição de uma enciclopédia do cotidiano proposto por Sachs (1996), cujo objetivo é sistematizar e tornar públicas as experiências, trazendo à luz as soluções desenvolvidas e qualificando-as como soluções sustentáveis. Nesse sentido, o primeiro passo importante é descrever e catalogar essas experiências com riqueza de detalhes, e que vem sendo feito pelos pesquisadores ligados ao NEcos, conforme já citado. Justamente como resultado dessa profícua produção, algumas fronteiras desse processo de descrição baseado na MIDO-T acabaram por ser identificados. Dentre eles a necessidade de compreensão do processo de constituição, manutenção e reconstrução de cada experiência, focando no processo de mudança orgânica, e possíveis contribuições no sentido de corrigir rumos e/ou otimizar os resultados pretendidos.

Um segundo aspecto decorrente do primeiro, relaciona-se ao fato de que muitas vezes a compreensão de um fenômeno começa com sua descrição (Fenomenologia), que já é em si mesma uma etapa da compreensão

¹ O NEcos reúne uma série de pesquisadores de programas de pós-graduação brasileiros: UFPR, FURB, UNISUL, ISAE, USP, UNEMAT, PUCPR, UFAM e USJT. Ele está cadastrado no Diretório de Grupo de Pesquisas do CNPq, sediado na UFPR, desde 2001.

² A Metodologia e o Formulário foram desenvolvidos pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio, como parte de seu primeiro projeto de pesquisa sobre ecosocioeconomias, Cidades e Soluções em 2005, e vêm sendo aplicados e aprimorados em diversos trabalhos de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado.



e vice-versa. Sendo assim, ampliar as dimensões/categorias que se utiliza para catalogar e descrever, é investir esforços para aumentar a capacidade de compreensão do processo de mudança, ampliando assim o potencial de resposta aos problemas sistêmicos a que a experiência se propõe. Considerando que as experiências ecosocioeconômicas abarcam aspectos políticos, econômicos e ambientais, a descrição e compreensão das práticas e suas interconexões, permite apreender a mudança como elemento inerente a todo projeto humano, incluídas as experiências ecosocioeconômicas.

Por fim, o terceiro aspecto refere-se às contribuições teóricas e metodológicas que possam se consolidar em contribuição objetiva à MIDO-T e ao FQCD. Essa contribuição refere-se à apreensão de elementos constituintes das experiências de caráter intersubjetivo, e que não são acessíveis de forma imediata. A noção de inteligibilidade da prática pode contribuir para uma maior sistematização, sem que se perca a riqueza subjetiva desse e de outros elementos, e identificando sentidos e significados territorializados. Como pano de fundo dessas contribuições está o fato da priorização de métodos que invistam na participação do pesquisador.

2. Referencial Teórico

A seção apresenta a base teórica que sustenta o estudo, e se divide em três partes: (1) a ecosocioeconomia e seus principais fundamentos; (2) o processo de sistematização de experiências pela MIDO-T e o FQCD; e, por fim, (3) a Teoria da Prática e suas contribuições para a ampliação da capacidade de sistematização e compreensão dessas experiências.

2.1 Ecosocioeconomias

As ecosocioeconomias baseiam-se em abordagem pragmática que valoriza as soluções de problemas sociais, ambientais e econômicos contemporâneos, baseadas em práticas e tecnologias sociais adequadas, que se utilizam de arranjos sociopolíticos e socioprodutivos, estruturados com base em governança e pautados pela busca da sustentabilidade (Sampaio et. al., 2020).

O cotidiano é uma dimensão privilegiada na abordagem da ecosocioeconomia, no sentido dado por Certeau (2012, p. 41), onde os agentes sociais constroem modos de ação criativos, astutos e táticos, que compõem uma rede de práticas que se “reapropria do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural”, como alternativa às ordenações sociopolíticas hegemônicas. É nesse sentido que os modos de vida caracterizados como tradicionais, retomam um protagonismo contemporâneo por serem revalorizados como fonte de soluções, especificamente relacionadas ao bem viver, tendo como base a relação que estabelecem com o mundo à sua volta e com a proximidade com a natureza (Alcântara & Grimm, 2017).

Os termos ecosocioeconomia e ecodesenvolvimento têm em comum o fato de derivarem da obra de Kapp (1950), que destaca os custos socioambientais dos empreendimentos humanos. Numa perspectiva crítica, essa abordagem tem o foco não em todos esses empreendimentos, mas naqueles que são pautados pela lógica de privatização dos lucros de curto prazo, e de socialização dos custos socioambientais de médio e longo prazos, ou seja, empresas capitalistas e suas relações estruturais com o Estado, com o mercado e com a sociedade civil.

Porém, a ecosocioeconomia não tem a pretensão de ser uma nova base conceitual para se pensar outro modo de vida, como sugere o ecodesenvolvimento. A abordagem pragmática faz dela uma teoria em construção, cujo desafio é contribuir para a busca de alternativas factíveis e viáveis para os problemas ambientais, sociais e econômicos calcadas no território. Neste sentido a questão territorial assume papel importante, em especial para este estudo.



Para a ecossocioeconomia os elementos sociais, geográficos e naturais constituem o território, e o conhecimento dos entrelaçamentos desses elementos em movimento é tarefa prioritária. A constituição territorial está diretamente ligada aos arranjos institucionais e socioprodutivos, e suas relações com o território em si, e com os demais espaços interconectados a ele (Sampaio, Fernandes, Etxagibel, & Gabilondo, 2014).

O território é concebido neste estudo como uma construção social que vai além da dimensão político-institucional, pois a territorialização é produto de práticas sociotécnicas de rede e seus elementos simbólicos. As mudanças globais, nacionais e regionais, evidenciaram os processos de desterritorialização, impulsionados pela dimensão política de Estado (Antonsich, 2017). Como não há desterritorialização sem a reterritorialização, ocorreu uma profusão de territórios, destacando a ação humana na construção da territorialidade, e no seu caráter estratégico.

Como uma concepção pragmática, a ecossocioeconomia dirige o foco para o contexto territorial, privilegiando a compreensão da governança das redes de agentes sociais que atuam em esferas diferenciadas, e que preferencialmente se utilizam de tecnologia social, bem como de conhecimento científico e saberes locais para criar alternativas de soluções de problemas sistêmicos, cuja atuação permite que seus resultados extrapolem os limites territoriais (Dagnino, 2014; Sampaio & Alves, 2019). A necessidade de superação do enfoque que privilegia os critérios intraorganizacionais, e a realização de ações interorganizacionais e extraorganizacionais, caracterizam-se como um importante desafio para a compreensão e sistematização das experiências ecossocioeconômicas, especialmente no que tange à articulação entre organizações e interesses públicos e privados (Oliveira et al., 2017).

A priorização das dimensões territoriais e organizacionais não exclui a importância dos empreendimentos individuais, mas os coloca como parte de arranjos institucionais e socioprodutivos, o que justifica a denominação ecossocioeconomia territorial. Essas experiências mais sistêmicas, se mostram com maior potencial de produzir resultados mais sustentáveis (Alcântara & Grimm, 2017; Etzioni, 2015).

Considerado o exposto, é de suma importância a identificação, descrição e catalogação de experiências ecossocioeconômicas, não apenas para trazê-las à luz e propiciar a difusão do conhecimento e dos resultados produzidos nelas, mas também para ampliar a capacidade de compreensão dessas experiências, e da própria abordagem da ecossocioeconomia. A seção seguinte é dedicada a apresentar a MIDO-T e o FQCD, utilizados na sistematização de experiências ecossocioeconômicas.

2.2 MIDO-T e FQCD: processo de sistematização de experiências ecossocioeconômicas

O processo de sistematização de experiências ecossocioeconômicas se utiliza da MIDO-T e do FQCD como instrumento de coleta de dados. O processo é pautado na qualificação de experiências, sob a perspectiva de uma ciência voltada para a busca de soluções aos desafios da sociedade atual. Como as experiências não são estáticas, a metodologia deve capturar seu dinamismo. Uma experiência deve servir de referência para estudar outras, considerando seus diferentes graus de maturidade e de conhecimento envolvidos. Ressalta-se a dupla finalidade da MIDO-T: identificar e catalogar novas experiências e indicar soluções para seus desafios e problemas, com inspiração naquelas de referência.

Na sistematização das experiências de ecossocioeconomia a primeira etapa é exploratória, onde preenche-se preliminarmente o FQCD a partir de dados secundários, tais como localização e bioma predominante, modalidade em que se enquadra (TBC, *Slow cities*, economia social, gestão de unidades de conservação ambiental, entre outras), instituições participantes (rede), e produção científica sobre o projeto. Nessa fase a prioridade é identificar as ações e atividades concretas que emanam da experiência. A utilização de experiências de referência,



estudadas e catalogadas, é um ponto de partida, tendo em vista as relações em rede que se estabelece entre organizações sociais desse tipo.

Identificada a nova experiência, o primeiro passo é analisar preliminarmente alguns de seus elementos, tais como as questões temporais de existência da experiência, características sociopolítica, econômica, cultural e ecológica. Em seguida é avaliado o grau de interdependência e interrelação entre os elementos levantados, para caracterização prévia (e provisória) da experiência como sendo ecosocioeconômica. A análise comparativa com a experiência de referência também é útil para essa fase.

A segunda etapa é a coleta definitiva de dados. A caracterização de uma experiência de ecosocioeconomia trata-se de tarefa sistemática de catalogação de informações, tais como: gênese, problemática e objetivos da experiência; território (sede e arredores, anexando mapa), bioma e suas respectivas características naturais, culturais, sociais e econômicas; organizações coordenadoras e participantes da experiência, e centros de pesquisa que prestam assessoria; financiamentos; produção científica sobre a experiência; objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) relacionados; identificar indicadores que demonstrem sustentabilidade da experiência; marcos do projeto; oportunidades, pontos fortes, ameaças e pontos fracos; tipologia organizacional predominante e conhecimentos tradicionais/populares considerados no projeto; modalidade de gestão, principais ações implementadas, resultados conseguidos durante o projeto e impactos que ocorreram depois da conclusão do projeto; encadeamentos mais importantes entre os atores: atores sociais e políticos com sede no território; atores sociais e políticos da microrregião, bacia hidrográfica, locais que influenciam; descrição das relações do *triade* (com empresas, cooperativas ou consumidores) socioeconômico; descrição das relações sociopolíticas (com o Estado, organizações da sociedade civil ou cidadãos); descrição sintética da relação entre ambiente rural e urbano e suas relações (infraestrutura e relações sócio-político-produtivas); propostas e intenções futuras; e fontes bibliográficas utilizadas no preenchimento do formulário (Sampaio, 2010).

Os dados servem para preencher uma base disponível no *software Microsoft Excel*, com acesso disponível para pesquisadores. Esta base de dados concretiza o que Sachs (2007) chama da necessidade de se construir uma enciclopédia do cotidiano, de maneira a criar alternativas de soluções a problemas reais, o que remete a perspectiva de uma ciência cidadã. E aqui ressalta-se mais um ponto de contribuição que o estudo pretende oferecer, e é um dos objetivos da pesquisa proposta: a proposição de novos campos ao FQCD.

A abordagem da ecosocioeconomia territorial, o processo de sistematização e a experiência selecionada, permitem uma aproximação com a Teoria da Prática adotada nesse estudo (Schatzki, 2012; 2016; Shove et al., 2012). A próxima seção é dedicada a essa discussão.

2.3 Teoria da Prática

O termo prática é polissêmico, desde seu uso na vida cotidiana, passando pelo campo da linguagem técnica e tecnológica, e culminando nas abordagens filosóficas, epistemológicas e teóricas. Em linhas gerais, a hegemonia reside na concepção que aproxima o termo à noção de fazer, numa enganosa oposição ao pensar, e se sustenta no discurso econômico da busca por determinados fins, fruto da racionalidade instrumental que impera na sociedade contemporânea.

Mais que uma questão semântica, temos aqui uma questão ontológica. Na perspectiva fenomenológica de Heidegger (2010), o *entwinement* (entrelaçamento) e de *being-in-the-world* (estar-no-mundo) definem uma condição humana ontológica caracterizada pelo fato de que nascemos imersos em um mundo organizado coletivamente, formado por uma rede de pessoas, objetos e artefatos, e contextualizado em termos espaciais e temporais.



Nesse sentido, a prática ocorre em arranjos socio-materiais, nos quais as atividades humanas coletivamente organizadas se constituem, e constituem os próprios arranjos e a organização social (Schatzki, 2012), cuja criação, manutenção e transformação depende da interconexão entre práticas, de tal forma que possam produzir identidade e sentido compartilhados, e que seus praticantes possuam determinadas habilidades e competências em ação. Em uma palavra, que haja inteligibilidade da prática (Schatzki, 2002; 2012; Shove et al., 2012).

A prática é a unidade básica da organização social, o que significa dizer que uma atividade humana, mesmo que realizada coletivamente, não pode ser igualada imediatamente a uma prática, sem que ela esteja interconectada com outras atividades, por meio dos arranjos socio-materiais e de elementos tais como os entendimentos práticos, as regras, a estrutura teleo-afetiva e os entendimentos gerais. Por sua vez, para que uma organização social possa ser criada, mantida e transformada, é preciso que diversas práticas estejam interconectadas, de tal forma que aqueles elementos sejam capazes de produzir identidade e sentido compartilhados socialmente inteligíveis, e que seus praticantes possuam determinadas competências em ação. Em uma palavra, que haja inteligibilidade da prática (Heidegger, 2010; Schatzki, 2002; 2012; Shove et al., 2012).

Por essa concepção, a prática de governança, por exemplo, não pode ser reduzida a um conjunto de normas e regras, e nem ser monopólio das instituições e cargos que comumente se associa à tarefa de governar. Dentre os elementos constituintes dessa prática, e que lhe dão identidade e sentido, estão a capacidade de “moldar, dirigir ou influenciar intencionalmente” (Schatzki, 2016, p. 19). A prática de governança pode então ser encontrada em diversas instâncias sociais, muitas delas presentes na vida cotidiana como as atividades em igrejas e clubes, os esportes, as atividades de lazer, entre outras e, especialmente para o interesse deste estudo, em associações de agricultores que se estruturam em redes de agentes sociais que atuam em esferas diferenciadas, mas que buscam resultados comuns em termos ambientais, sociais e econômicos.

As habilidades e competências envolvidas em uma prática são orientadas por ações inteligíveis, e não apenas por ordenações racionais prévias, e a inteligibilidade é construída por meio da elaboração e consecução de projetos coletivos, que por sua vez produz sentido coletivo e garante sua manutenção e transformação. Segundo Schatzki (2012), os elementos que possibilitam transformar a prática em objeto epistêmico são os entendimentos práticos (saber originado na atividade competente dos praticantes), as regras (orientações diretivas explícitas situadas), a estrutura teleo-afetiva (conjunto de fins e propósitos organizados hierarquicamente), os entendimentos gerais (entendimentos tácitos, reflexivos e incorporados).

Para superar o enfoque prescritivo apontado por Nicolini (2013), Shove et al. (2012) consideram que os elementos materiais (objetos, artefatos, espaços físicos, entre outros) e os elementos simbólicos (sentidos e competências dos praticantes), constituem a prática, e dão existência concreta a ela, em virtude de suas relações interdependentes e interconectadas. Entendida a prática como performance e como entidade, é possível acessar sua mudança (criação, manutenção e desaparecimento), considerando três momentos distintos: (1) a proto-prática, quando apesar da existência dos elementos relevantes, não há vinculação e interconexão; (2) a prática “viva”, onde as interconexões existem de forma dinâmica, e precisam constantemente serem renovadas; e, por fim, (3) a ex-prática, condição posterior ao processo de extinção de um ou mais de seus elementos, e/ou da desintegração das interconexões entre eles.

Nos estudos da ecosocioeconomia o potencial de contribuição dessa abordagem está na possibilidade de avaliar o momento em que se encontra uma experiência, e o quanto ela pode servir como referência na primeira etapa da MIDO-T. A apresentação e discussão mais detalhada e diversificada dessas contribuições para a sistematização de experiências ecosocioeconômicas é o que se apresenta a seguir.



2.4 Contribuições da teoria da prática para a sistematização de experiências ecosocioeconômicas

Um dos principais pontos de contato entre a perspectiva da ecosocioeconomia e a da teoria da prática diz respeito ao enfoque metodológico-empírico da primeira, e a primazia da prática como unidade básica de análise da organização social na segunda. Em ambas, coloca-se em primeiro lugar as organizações concretas, compreendidas a partir da sua própria existência, e não de modelos teóricos prévios e prescritivos (Schatzki, 2006). A partir dessa premissa identifica-se as seguintes contribuições para a sistematização das experiências: (1) o papel do saber tradicional, “como um corpo cumulativo de conhecimento, prática e crença, [...] transmitido através de gerações por transmissão cultural, sobre a relação dos seres vivos (incluindo os humanos) uns com os outros e com seu ambiente” (Berkes et al., 2000, p. 1252); (2) a transitoriedade de paradigmas; (3) a dimensão territorial; (4) as dimensões intra, inter e extraorganizacional. Estudar a prática é uma porta de entrada para a compreensão da episteme da experiência ecosocioeconômica que se deseja sistematizar, desde sua gênese até seus resultados e impactos.

3. Procedimentos Metodológicos

O estudo adota o método da imersão fenomenológica (Pimentel & Nogueira, 2018), que é aberto e baseado em atividades de campo processuais, relacionais e em negociação com os sujeitos da pesquisa. Dadas as características do método, um planejamento prévio sistemático foi adotado para evitar a ocorrência de uma simbiose entre as experiências dos sujeitos do fenômeno focalizado e do pesquisador, mas garantindo o acesso à tensão que emana dessa zona de contato (Prus, 1996; Manidis, 2015).

Os dados primários foram coletados por meio de dezenove entrevistas em profundidade conduzidas a partir de um roteiro semi-estruturado, que foram gravadas e transcritas, e realizadas em doze propriedades de um total de dezesseis, com um total de vinte e quatro pessoas entrevistadas¹. O conjunto de entrevistas foi formado por dez proprietários, oito proprietárias, cinco mulheres ligadas às áreas de coordenação e técnica da AAAC, e a secretária de Turismo do município à época da pesquisa, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Perfil de entrevistados

Entrevistado (a)	Idade	Sexo	Escolaridade	Atuação profissional
E 1	63	M	Ens. Médio incompleto	Proprietário
E 2	65	F	Ens. Fundamental incompleto	Proprietária
E 3	58	F	Ens. Fundamental incompleto	Proprietária
E 4	58	F	Ens. Superior	Proprietária
E 5	40	F	Doutorado	Secretária de Turismo
E 6	49	F	Ensino Médio Técnico	Técnica em Saneamento
E 7	57	M	Ensino Médio	Proprietário
E 8	49	F	Ens. Fundamental incompleto	Agricultora orgânica
E 9	61	M	Ens. Fundamental Incompleto	Agricultor orgânico
E 10	75	M	Ens. Fundamental Incompleto	Proprietário
E 11	68	F	Ens. Fundamental Incompleto	Proprietária
E 12	58	M	Mestrado	Proprietário
E 13	70	M	Ens. Fundamental incompleto	Proprietário
E 14	70	F	Ens. Superior Completo	Proprietária
E 15	60	F	Ens. Fundamental incompleto	Proprietária
E 16	61	M	Ens. Fundamental Incompleto	Proprietário



Entrevistado (a)	Idade	Sexo	Escolaridade	Atuação profissional
E 17	75	M	Ens. Fundamental Incompleto	Agricultor orgânico
E 18	67	F	Magistério	Proprietária
E 19	72	M	Ens. Fundamental Incompleto	Proprietário
E 20	73	M	Ens. Fundamental	Proprietário
E 21	42	F	Ens. Superior Completo	Agrônoma - Consultora técnica
E 22	34	F	Ens. Superior Completo	Agrônoma - Consultora técnica
E 23	55	F	Ens. Superior Completo	Agrônoma -Coordenação AAAC
E 24	57	F	Doutorado	Agrônoma Coordenação AAAC

Fonte: elaborado pelos autores

Outra fonte de dados primários foi o diário de campo produzido na observação participante realizada junto à diversas atividades da experiência selecionada, tais como: (1) reuniões *on line* com equipe de coordenação para planejamento da pesquisa; (2) visita de quatro dias como turista ao território original para aproximação com o campo; (3) duas assembleias presenciais; (4) reunião sobre reestruturação da AACC em Santa Catarina; e, por fim, (5) o trabalho de campo propriamente dito, com permanência em Urubici por quinze dias em agosto de 2022, com coleta de dados em entrevistas e conversas informais, realizadas em visitas em dez propriedades, no trabalho em atividades rotineiras da propriedade anfitriã, e acompanhando turistas em passeios. Ao longo dessas atividades produziu-se um diário de campo, utilizado posteriormente no processo de análise.

O processo de análise utilizou a comunicologia fenomenológica de Lanigan (2013), com o uso do software Atlas Ti 22[®] e identificou três elementos para contribuir com o FQCD, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Contribuições ao FQCD

CONTRIBUIÇÕES AO FQCD	
1	Elementos da história social, econômica e cultural do território, que impactam na configuração e nos resultados da experiência
2	Benefícios coletivos percebidos pelos sujeitos
3	Valores coletivos percebidos pelos sujeitos.

Fonte: elaborado pelos autores

4. Resultados

Apresenta-se a seguir os resultados da pesquisa, a partir da realidade investigada, e dos elementos identificados na análise.

4.1. Contexto investigado: Acolhida na Colônia Urubici

A fundação da AAAC em 1999 no município de Santa Rosa de Lima na região das encostas da Serra Geral (SC), foi o resultado de um processo de construção permeado por aspectos históricos, políticos e sociais, bem como aspectos da trajetória individual da sua principal fundadora (Guzzatti, 2003; 2010; 2019). A região originária da AAAC tem, historicamente, sua base econômica e social calcada na agricultura familiar que era acometida, à época, de alguns impactos da modernização da agricultura tais como plantio de fumo, exploração da vegetação nativa para exploração da madeira e produção de carvão vegetal, bem como ampliação do uso de agrotóxicos. Essa conjunção de fatores levou ao empobrecimento das famílias de agricultores, bem como ao esvaziamento populacional da região.



A partir desse contexto, e do modelo da *Accueil Paysan*, (Guzzatti, 2019), deu-se a construção da AAAC, que contou com o apoio da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO). Nessa concepção a agricultura familiar orgânica e o conceito de agroturismo são centrais, no qual o turismo é uma forma de criar multifuncionalidade na propriedade, gerando renda e valorizando o agricultor e sua manutenção no campo.

A AAAC originária é única e fruto daquelas condições históricas, sociais e econômicas, e fruto de uma tecnologia social composta dos seguintes passos: (1) Mobilização e sensibilização, focado no envolvimento da comunidade; (2) Diagnóstico Rural Participativo (DRP) onde cada propriedade é avaliada pelo conjunto dos demais proprietários; (3) Cooperação/associativismo com a criação do circuito agroturístico local de gestão cooperada; (4) Implantação dos negócios nas Unidades Familiares de produção (UFP) baseada no princípio da multifuncionalidade da propriedade e do território; (5) Certificação com referencial privado baseado em Caderno de Normas; (6) Promoção e comercialização, que é uma etapa desafiadora, para se diferenciar do *trade* turístico hegemônico (Guzzatti, 2019).

A experiência original da AAAC foi objeto de estudo em diversas pesquisas publicadas (Guzzatti et al., 2013; Martins, 2013; Borges, 2014; Martendal & Tomio, 2015; Rocha et al., 2017; Walkowski et al., 2017; Fantini et al., 2018; Lima & Silva, 2019; Walkowski et al., 2021), e recebeu uma série de prêmios, que além de reconhecimento, geraram capital social e financeiro (Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, 2023).

A repercussão dos resultados gerou demanda de outros municípios para implantação em seus territórios, bem como o interesse do governo do estado em ampliar a iniciativa. É assim que surge a AAAC na região da Serra Geral no estado de Santa Catarina no sul do Brasil, mais especificamente no município de Urubici, foco do presente estudo, cuja localização encontra-se na Figura 1. A escolha dessa experiência se deu em função de características próprias da região, resultado de seu desenvolvimento histórico nas últimas décadas.

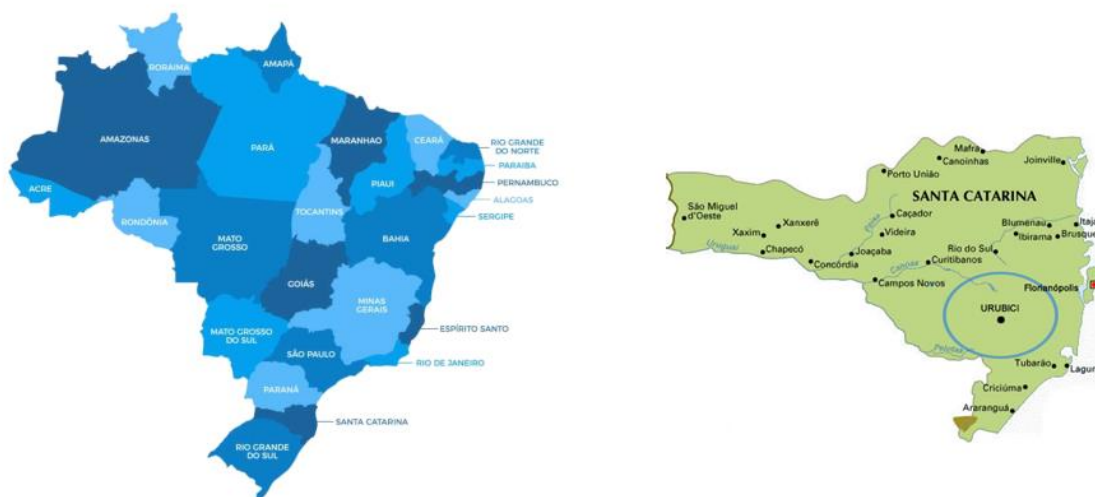


Figura 1. Localização de Santa Catarina e de Urubici. Fonte: elaborado pelos autores a partir de Rede Omnia (2023) e de Expedições Latinas (2023)

Urubici vivenciou o ciclo da madeira a partir de 1940, com a implantação da primeira fábrica de pasta mecânica para papel, e que **A fundação da AAAC** encerrou-se em 1985, com a proibição da extração de madeira nativa (Buratto et al., 2013). O fato gerou mudanças na estrutura socioeconômica da região e uma crise no município, provocando desemprego e queda na renda. Como opção surgiu a agricultura para comercialização, especialmente de hortaliças.



As condições climáticas e geográficas desfavoráveis levaram ao uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes, provocando problemas de saúde nos agricultores, relatados em entrevistas. Além disso, a tradição agrícola da região era ligada à agricultura de subsistência, não havendo uma cultura empresarial ligada ao setor.

Na década de 1990, o turismo rural surge como alternativa para sair da crise, com iniciativas incipientes de divulgação da região. É nesse contexto que a AAAC chega ao município em 2005, atendendo a uma demanda do crescimento turístico, sendo uma possibilidade de diferenciação para os proprietários rurais em relação ao *trade* turístico, e gerando diferenças em relação à AAAC original; essas condições motivaram a escolha do campo de pesquisa.

4.2. Elementos de análise para suportar novos campos no FQCD

Nessa seção, apresenta-se cada um dos elementos oriundos da análise fenomenológica que suportam as sugestões para o FQCD. Vale ressaltar que os elementos são apresentados separadamente, mas estão interrelacionados e cumprem.

Elementos históricos

O papel da história social, cultural e econômica de Urubici na compreensão da experiência ecosocioeconômica é uma fonte de sentido para a prática dos proprietários associados à AAAC, pois se mostra como constituinte da coletividade e de sua identidade, e permeiam suas atividades. As mudanças traumáticas nos ciclos de desenvolvimento econômico e social (extração de madeira – agricultura convencional – turismo rural), aparecem como elementos "negativos", e não devem ser alvo de juízo de valor. O impulso dado pelo fim de cada etapa não se deu na forma de estabelecimento de um projeto futuro, mas como uma ação emergencial, solucionando problemas imediatos que, por sua vez, acabaram criando outros. Com a chegada do turismo rural e da AAAC, essa dinâmica é modificada, agregando elementos das ecosocioeconomias.

A opção pela agricultura na primeira transição gerou uma relação conflituosa, devido às relações desiguais com atravessadores e riscos devido às condições climáticas desfavoráveis, escassez de mão de obra, uso indiscriminado de agrotóxicos e seus efeitos nocivos. Mas a necessidade de sobrevivência acabou por se mostrar como um motor para mudanças, podendo ser considerado como um "encontro histórico" entre o esforço para sair da agricultura e a ascensão do turismo.

Alguns entrevistados (E2, E12 e E16) relatam uma herança problemática em relação às experiências de associativismo, parcialmente superadas com a chegada da tecnologia social da AAAC, permitindo a utilização do saber acumulado pelos proprietários em relação à região, sua cultura, seus costumes e riquezas naturais na construção de redes entre eles. Esses elementos permitiram compreender a importância do turismo rural e da AAAC nas relações do grupo, o que demonstra que focalizar esses aspectos no processo de sistematização de experiências ecosocioeconômicas pode contribuir para acessar elementos não diretamente acessíveis.

A captura da transitoriedade de paradigmas também foi favorecida por esses elementos. Aqui se percebe a contribuição da teoria da prática no que se refere ao fato de que a prática é situada e, portanto, só pode ser apreendida, descrita e compreendida na experiência cotidiana e histórica. Conforme apontam Shove et al. (2012) os diferentes estágios de uma prática (proto-prática, prática e ex-prática), ajudam a compreender a transitoriedade entre o decadente e o novo paradigma, por meio da mudança dos elementos simbólicos e materiais, e do saber produzido pelos praticantes.

A pesquisa mostrou que a transição entre a agricultura e o turismo rural não aconteceu de forma abrupta e definitiva pois “não foi uma opção de vida, uma opção ideológica ou política” (E1), mas um caminho que as condições históricas colocaram à frente dos proprietários. Constatou-se uma mudança de mentalidade que



expôs uma mescla entre a inevitabilidade da mudança com a necessidade prévia de planejamento. A chegada da AAAC, nesse sentido, serviu como um catalisador desses elementos, permitindo a constituição de uma nova prática.

Essa transição provocou a proatividade entre os proprietários e com relação à própria AAAC o que, paradoxalmente, contribuiu para sua consolidação, ao dar sustentação ao novo formato. Esse formato valorizou o saber tradicional na concepção de um produto que contribui com o desenvolvimento do turismo baseado em uma comunidade viva e atual, e garantindo a autonomia das populações do território.

Nesse sentido, em Urubici tem-se uma experiência de ecosocioeconomia onde os elementos materiais, simbólicos e as competências que formam a prática dos associados atuam para concretizar sua base comunitária, e sua contribuição com uma sociedade solidária e sustentável. Percebe-se uma nova forma de colocar em movimento alguns dos princípios da experiência original, tais como a atuação em rede, a preservação dos recursos naturais, a manutenção e valorização do saber tradicional e da cultura local.

Assim, aponta-se que a inclusão do levantamento de dados que permitam conhecer os elementos históricos de uma experiência ecosocioeconômica, é de fundamental importância para acessar aspectos que permitam compreender o papel do saber tradicional e da transitoriedade de paradigmas, e com isso ampliar a sistematização da experiência para além de seus aspectos descritivos.

Benefícios coletivos

A análise fenomenológica permitiu acessar benefícios percebidos pelos proprietários em fazer parte da AAAC. O caráter coletivo permite relacionar esses benefícios com aspectos inter e extraorganizacionais, especialmente no que tange à articulação entre as organizações públicas e privadas (Oliveira et al., 2017). Essa articulação apresenta duas facetas de efeitos opostos e complementares, que caracterizam um processo de aprendizagem coletiva. Por um lado, enriquece as diferentes organizações com o compartilhamento de diferentes perspectivas, visões de mundo e interesses; por outro cria uma arena de competição por recursos e de enfrentamento de conflitos. Esses dois aspectos relacionam-se com a ecosocioeconomia, pois fazem parte da construção de redes e de sua governança, e permitem levar em conta os impactos socioambientais na constituição de ações inter e extraorganizacionais, para além dos critérios de eficiência, ao incorporar as demandas emergentes no próprio território (Sampaio et al., 2014). Esses benefícios não são apenas uma forma de avaliar resultados, mas uma “lente” para compreender as relações da governança em rede, e por conseguinte ampliar a capacidade de transformação da experiência e da própria realidade do território, demonstrado a seguir.

A AAAC é percebida como um “guarda-chuva” ao dar suporte aos associados em aspectos intraorganizacionais tais como a capacitação técnica, e a convivência e troca de conhecimentos entre associados e equipe técnica da associação. Essa convivência tem base nas relações sociais familiares longevas, mas são elevadas à categoria de relações de rede, que tem objetivos comuns que extrapolam o próprio grupo. Além do suporte emocional e a ajuda mútua entre os associados, a convivência e o suporte da AAAC extrapolam os limites da associação e do próprio território.

Sua força política e de marca permite o acesso a crédito oferecido por órgãos governamentais e privados, a acordos de cooperação com universidades e institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, e a influenciar mudanças na legislação que beneficiam a associação como um todo. Esse é o caso da facilitação de acesso ao Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), suportado pela AAAC, que possibilitou aos agricultores investirem no turismo rural, sem perder a condição de agricultores e os benefícios oriundos dela.



A valorização e o empoderamento dos proprietários têm como fonte um aparente paradoxo. À medida que as atividades ligadas ao turismo ganharam espaço e força, substituindo as atividades agrícolas, ampliou-se a importância dos associados como defensores da vida rural e interiorana nas suas diversas manifestações. Para tanto, o grupo precisou ser um espaço de aprendizagem coletiva e de mudança de mentalidade, e foi essa mudança que forjou uma identidade com valor para os turistas, que buscam experiências diferenciadas em relação à vida urbana.

O *trade* turístico aparece como concorrente e coadjuvante na configuração do território, evidenciando as relações interorganizacionais baseadas em critérios extraorganizacionais. Como concorrente promove um crescimento desordenado das atividades turísticas na região, com guerra de preços impulsionada pelo uso de plataformas privadas, combinada com a inclusão de serviços de turismo de massa, com forte pressão para a dependência financeira e o isomorfismo organizacional. Como os valores ligados ao turismo rural e às belezas naturais são um forte atrativo na região, o *trade* acaba por comercializar a natureza e a subjetividade do agricultor com efeitos ambientais nocivos, especulação imobiliária e concentração de mão-de-obra.

Como coadjuvante acaba por esconder as relações danosas de concorrência. Os elementos que demonstram isso são: (1) qualifica mão de obra e proprietários de empreendimentos turísticos; (2) atrai investimentos e contribui com a infraestrutura da região; (3) fortalece a imagem turística de Urubici (divulgação e atração); (4) contribui com o tradeamento da renda e a retenção no campo. Aqui aparece uma contribuição da abordagem baseada na prática na constituição e compreensão das experiências ecosocioeconômicas.

A prática vista como “um processo que envolve a integração ativa e performativa de ingredientes simbólicos, materiais e de competência” (Pantzar & Shove, 2010, pp. 448-449), permite capturar o processo de mudança, por meio da descrição e compreensão do processo de combinar, relacionar e organizar esses elementos desde uma situação pré-existente (proto-prática), até se constituírem em uma prática, e sua desintegração (ex-prática), quando as conexões não são mais sustentadas. As relações com o *trade* turístico apresentadas acima, são um canal para acessar a constituição de relações interorganizacionais, considerado como arranjo de práticas. À medida que o arranjo se constitui, os sujeitos aprendem sobre a sua constituição, num processo de aprendizagem coletiva ou organizacional, e ampliam a capacidade de evitar a desintegração do arranjo, ou de conduzi-lo em uma direção que atenda melhor aos diversos interesses.

Valores coletivos

O turismo rural na AAAC Urubici não tem a atividade agrícola como característica principal, e esse aspecto é esclarecedor para compreendê-la como organização e como território. A identidade do grupo formado pelos proprietários é suportada pelo fato de terem sido agricultores e/ou fazerem parte de famílias de agricultores. A simplicidade, a hospitalidade e a mesa farta são vistas pelo grupo como a base que os tornam empreendedores do turismo rural e membros da AAAC. Um dos entrevistados deixa isso claro em um relato: “minha mãe sempre dizia, mantenha a mesa farta que nunca vai faltar gente em volta dela. Temos feito isso e tem dado certo” (E7).

Essa identidade tem a ver com a construção da inteligibilidade da prática, pois eles percebem que aprendem na convivência com os hóspedes, com os técnicos da associação, e com os parceiros. Essas intersecções são permeadas por conflitos e oportunidades de desenvolvimento: a não existência de atividades agrícolas é parte do conflito; ter mais tempo para o contato com hóspedes e para desenvolver o turismo rural, com a valorização da simplicidade, da hospitalidade e da preservação dos recursos ambientais está no campo das oportunidades.

A combinação do turismo rural com a AAAC sustenta a identidade constituinte do território, o princípio da multifuncionalidade aplicado a diferentes territórios, e a associação como um todo. O turismo rural propicia



o desenvolvimento da região, quebra a sazonalidade econômica imposta pelas condições climáticas e geográficas, valoriza os recursos naturais como atrativos turísticos, e propicia uma mudança de vida que combinada ao pro-ativismo, aponta um caminho viável e sustentável para os proprietários.

A AAAC atua como aceleradora do desenvolvimento turístico da região e como agente de empreendedorismo no atendimento de demandas dos associados (o TRAF e a nota fiscal do agricultor por exemplo), sustenta e legitima o turismo rural frente ao *trade* turístico promovendo a educação ambiental do turista, e um crescimento mais equilibrado e sustentável.

Os resultados do estudo mostram que a apreensão de valores coletivos como elementos da inteligibilidade da prática não se dá de forma imediata, pois por vezes aparecem como contradições. Focalizar essas contradições amplia a capacidade de sistematização das experiências ecosocioeconômicas, ao identificar sentidos territorializados.

A contribuição objetiva à MIDO-T se dá pela combinação da adoção de métodos de pesquisa que invistam na participação do pesquisador, e com a inclusão de campos específicos no FQCD, que privilegiem os valores coletivos, que combinados com os elementos anteriormente apresentados, permitam trazer à luz as características da experiência estudada e enriquecer sua descrição e sistematização.

5. Conclusão e recomendações

O estudo empírico realizado na AAAC Urubici apontou que a inclusão de novos campos no FQCD, especialmente para a segunda etapa, baseados em elementos de análise como aspectos da história social, econômica e cultural do território, os benefícios e os valores coletivos percebidos pelos diversos sujeitos envolvidos na rede que constitui a experiência estudada, contribui para que a MIDO-T possa abarcar aspectos intersubjetivos, que avançam para além da sua descrição.

O elemento histórico, amplia a capacidade de compreensão sobre o papel do saber tradicional e sobre a transitoriedade de paradigmas. A experiência da AAAC mostra que as mudanças traumáticas nos ciclos econômicos (extração da madeira – agricultura convencional – turismo rural), e uma herança problemática em relação ao associativismo, propiciaram a produção de um conhecimento com o que é oriundo de uma vivência histórica e familiar, mas também exigiu uma nova mentalidade em relação à necessidade de planejamento frente às mudanças econômicas e sociais. Essa transição permitiu aos proprietários uma escolha que, apesar de ser impulsionada por aspectos negativos e pela necessidade de sobrevivência, conseguiu agregar elementos materiais, simbólicos e competências a partir de uma base comunitária. Essas condições criaram uma prática que fortalece a solidariedade e a sustentabilidade local, mas que se expande para além do território, ao garantir uma oferta turística atrativa.

Com isso, o que aparentemente era um distanciamento em relação à experiência original da AAAC, mostra-se como um novo arranjo para colocar em movimento alguns daqueles princípios, tais como a atuação em rede, a preservação dos recursos naturais, a manutenção e valorização do saber tradicional e da cultura local. É no “encontro histórico” entre o esforço para sair da agricultura, a ascensão do turismo rural e a chegada da AAAC, que há a catalisação de uma nova prática, explicitando os elementos da ecosocioeconomia. A perspectiva histórica permitiu compreender a importância do turismo rural e da AAAC nas relações entre os proprietários, contribuindo para a sistematização dessa experiência.

A apreensão dos benefícios coletivos percebidos contribui com a compreensão das relações intra, inter e extraorganizacionais que constituem uma ecosocioeconomia. Os benefícios coletivos percebidos em relação à AAAC foram: (1) ela é fonte de suporte técnico, social e emocional, elevando as relações sociais tradicionais ao patamar de relações de rede, que extrapolam os limites do território; (2) facilita o acesso a recursos financeiros



e simbólicos tais como acesso a crédito, acordos de cooperação e mudanças na legislação, como por exemplo o TRAF, e com isso provê um espaço de aprendizagem coletiva e mudança de mentalidade, que valoriza e empodera os associados como atores rurais, defensores da vida rural e interiorana em suas diversas dimensões; essa “nova” identidade é fonte de valor para os turistas, que buscam experiências não-urbanas; e, em decorrência disso, (3) as relações com o *trade* turístico ganham importância na configuração do território, como concorrência e coadjuvação: promove um crescimento desordenado com guerra de preços, especulação imobiliária e comercialização da natureza, ao mesmo tempo que qualifica a mão-de-obra, atrai investimentos, fortalece a imagem turística de Urubici e contribui com a geração de trabalho e renda, e retenção no campo.

Por fim, os valores coletivos percebidos têm a ver com a identidade de atores rurais, que constitui a inteligibilidade oriunda da interconexão das práticas dos proprietários, permeada por conflitos entre a atuação no turismo rural e como parte da AAAC; apesar de se diferenciar da experiência originária no que tange à produção agrícola, o turismo reforça princípios e valores como o desenvolvimento regional como ação dos proprietários tais como a quebra da sazonalidade imposta pelas condições climáticas e geográficas, a valorização e preservação dos recursos naturais, e a mudança de vida como caminho viável e sustentável. Afinal, não existe apenas um tipo único de “Acolhida na Colônia”, mas sim de “Acolhidas na Colônia”.

A apreensão desses valores coletivos baseados na interconexão entre práticas permite aprofundar a compreensão do território e da territorialidade e a compreensão da experiência de ecosocioeconomia.

Em relação à MIDO-T e ao FQCD faz-se duas recomendações. A primeira é que, na segunda etapa sejam privilegiados os métodos de pesquisa que ampliem o envolvimento do pesquisador com a realidade estudada, com estratégias e técnicas tais como etnografia, observação participante, entrevistas em profundidade, técnicas projetivas, discussões em grupo, entre outras.

A segunda recomendação é a inclusão de campos no FQCD que permitam coletar dados referentes aos elementos apresentados acima, bem como substituir seu nome por Formulário de Sistematização de Experiências Ecosocioeconômicas (FSEE), para explicitar sua função e seu objetivo, bem como ampliar sua abordagem. Por fim, vale ressaltar que estudar o processo de mudança dos arranjos de uma experiência de ecosocioeconomia do ponto de vista da prática, tem por objetivo contribuir com os esforços já empreendidos por pesquisadores e grupos de pesquisa, como o Necos, que já realizam projetos que priorizam perspectivas longitudinais. A utilização do FQCD na coleta de dados, com a utilização de métodos e técnicas de pesquisa que investem no envolvimento do pesquisador, é um suporte importante para esse esforço de produção científica coletiva, pois se trata de um instrumento único, permitindo atingir os agentes da experiência estudada.

Referências

Alcântara LC, Sampaio CAC. 2019. *Bem viver e ecosocioeconomias*. Cuiabá: EdUFMT.

Alcântara L., Grimm IJ. 2017. A Ecosocioeconomia e o bem viver na perspectiva do Urbano. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, 03(02):121-144.

Antonsich M. 2017. Territory and Territoriality. *International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment and Technology*:1–9. doi:doi:10.1002/9781118786352.wbieg0022

Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (homepage na internet). *Prêmios conquistados pela Acolhida e sua equipe*. Acesso em 15 de Janeiro de 2023, disponível em Acolhida na Colônia: <https://acolhida.com.br/sobre/premios/>



- Berkes F., Colding J., Folke C. 2000. Rediscovery of Traditional Ecological Knowledge as Adaptive Management. *Ecological Applications*, 10(5):1251-1262. doi:<https://doi.org/10.2307/2641280>
- Borges VD. 2014. Dinâmica social do espaço rural: O turismo de base comunitária da rede de agroturismo Acolhida na Colônia. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 21(22):439-451.
- Buratto LG., Buratto JA., Soares NM., Oliveira OR. 2013. *Urubici e suas belezas naturais: uma história da serra catarinense* (2ª ed.). Ed. dos autores, Tubarão, SC, 439 pp.
- Certeau M. D. 2012. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 315 pp..
- Dagnino, R. 2014. *Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas*. Eduepb, Campina Grande.
- Etzioni, A. 2015. *The new normal: finding a balance between individual rights and the common good*. Transaction Publishers, Brunswick.
- Expedições Latinas (homepage na internet). *Urubici - Serra Catarinense*. Acesso em 28 de agosto de 2023, disponível em Expedições Latinas: <https://www.expedicoeslatinas.com.br/p/urubici-serras-catarinenses.html>
- Fantini A., Rover OJ., Chiodo E., Assing L. 2018. Agroturismo e circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos na Associação “Acolhida na Colônia”-SC/Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 56:517-534.
- Gherardi S. 2009. Practice? It’s a matter of taste! *Management Learning*, 40(5):535-550. doi:10.1177/1350507609340812
- Guzzatti TC. 2003. *O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da Serra Geral*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Guzzatti TC. 2010. *O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais: o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Guzzatti TC. 2019. *Acolhida na Colônia: um espaço de vida e encontros*. EdiUNESC, Criciúma, 231 pp.
- Guzzatti TC., Sampaio CAC., Coriolano LN. 2013. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 1.
- Heidegger M. 2010. *Being and Time: a revised edition from Stambaugh translation*. State University of New York Press, Albany, 482 pp.
- Kapp KW. 1950. *Social costs of private enterprise*. Harvard University Press, Cambridge, Massachussets.
- Lanigan R. 2013. Communicology and Culturology: semiotic phenomenological method in applied small group research. *The Public Journal of Semiotics*, IV(2):71-103.



- Lima FB., Silva YF. 2019. Turismo Comunitário e Desenvolvimento Local: uma revisão integrativa sobre a Acolhida na Colônia. *Caderno Virtual de Turismo*, 19(2):1-13. doi:<https://doi.org/10.18472/cvt.19n2.2019.1443>
- Manidis M. 2015. Practising knowing at work: a case study in healthcare. *Teoria e Prática em Administração*, 5(2): 27-50.
- Martendal AG., Tomio M. 2015. Gestão Familiar no Agroturismo em Santa Catarina: a experiência da Acolhida na Colônia. *Revista Turismo Em Análise*, 26(4): 903-918. doi:<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v26i4p903-918>
- Martins MR. (2013). *Projetos de vida de jovens rurais: o caso do roteiro agroturístico "Acolhida na Colônia" em Santa Rosa de Lima-SC*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 135 pp.
- Nicolini D. 2009. Articulating Practice through the interview to the double. *Management Learning*, 40(2):195-212.
- Nicolini D. 2013. *Practice, Theory, Work and Organization – an introduction*. Oxford University Press, Oxford.
- Oliveira JG., Silva JM., Bohn L., Sampaio CAC. 2017. Cyklistforbundet: da ecosocioeconomia à convivencialidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 41:19-39.
- Painter J. (2010). Rethinking territory. *Antipode*, 42(5):1090-1118. doi:10.1111/j.1467-
- Pantzar M., Shove E. 2010. Understanding innovation in practice: a discussion of the production and re-production of Nordic Walking. *Technology Analysis & Strategic Management*, 22(4):447-461. doi:<http://dx.doi.org/10.1080/09537321003714402>
- Pimentel R., Nogueira EES. 2018. Estudos baseados na prática: possibilidades metodológicas para pesquisas em estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 25(86):350-370. doi:10.1590/1984-9250861
- Prus R. 1996. *Symbolic Interaction and Ethnographic Research – Intersubjectivity and the study of human lived experience*. State University of New York Press, New York, 301 pp.
- Rede Omnia. (homepage na internet). *Mapa do Brasil*. Acesso em 28 de agosto de 2023, disponível em Mundo Educação: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/mapa-brasil.htm>
- Rocha E. S., Flores LC., Pereira RM. 2017. Gênese e Formação Socioespacial da Região do Vale do Itajaí, SC, Brasil: projeto Acolhida na Colônia. *Revista Turismo Em Análise*, 28(2):191-205. doi:<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v28i2p191-205>
- Sachs I. 1996. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. Vértice, São Paulo.
- Sachs I. 2007. *Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. Cortez Editora, São Paulo.
- Sampaio CAC., Alves FK. 2019. Ecosocioeconomias: um conceito em construção. In: *CAC Sampaio et al. Ecosocioeconomias: promovendo territórios sustentáveis*. Editora FURB, Blumenau.



- Sampaio CAC., Fernandes V., Etxagibel JA., Gabilondo LA. 2014. Da Socioeconomia para a Ecosocioeconomia: a experiência paradigmática do cooperativismo de Mondragon. In: JE Lima., SM Maciel-Lima., *(Socio)Ecologismo dos Povos do Sul: clamores por justiça* Editora UFPR, Curitiba, p. 277-298.
- Sampaio CAC., Grimm IJ., Alcântara LC., Mantovaneli Jr. O. 2019. *Ecosocioeconomias: promovendo territórios sustentáveis*. Edifurb, Blumenau.
- Sampaio CAC., Grimm IJ., Alcântara L., Mantovaneli Jr. O., Parks CD., Fernandes V. 2020. Eco-socioeconomies: analysis of experiences in the West of the United States of America. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento*, 16:369-382.
- Sampaio CAC. 2010. *Ecosocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia*. Edifurb, Blumenau, 128 pp.
- Sampaio CAC. 2019. Ecosocioeconomias: um conceito em construção. In: CAC Sampaio, I J Grimm, LC Alcântara, O. Mantovaneli Jr, *Ecosocioeconomias: promovendo territórios sustentáveis*. Edifurb, Blumenau, p. 11-28.
- Sandberg J., Tsoukas H. 2011. Grasping the logic of practice: theorizing through practical rationality. *Academy of Management Review*, 36(2): 338-360.
- Schatzki T. 2002. *The Site of the Social: a philosophical exploration of the constitution of social life and change*. Pennsylvania State University Press, Pennsylvania.
- Schatzki T. 2006. On organizations as they happen. *Organization Studies*, 12:1863-1873. doi: <https://doi.org/10.1177/0170840606071942>
- Schatzki T. 2012. *A Primer on Practices*. In: J HIGGS et. al., (eds.), *Practice-Based Education: Perspectives and Strategies*. (S. Publishers, Ed.)
- Schatzki T. 2016. Practices, governance and sustainability. In: Y Strengers, C Maller, *Social Practices, Intervention and Sustainability*, Routledge, New York, p. 15-30.
- Shove E., Pantzar M., Watson M. 2012. *The Dynamics of Social Practice: everyday life and how it changes*. SAGE Publications, London.
- Walkowski MC., Damo MR., Loch C. 2017. Projeto Acolhida na Colônia no Estado de Santa Catarina - SC: Um Território de Identidade e Turismo sob a Ótica da Linguagem de Padrões. *Turismo: Visão e Ação*, 19(2):319-347. doi:10.14210/rtva.v18n2.p319-347
- Walkowski MC., Pires PD., Lopes CV., Assing L. 2021. Memórias Alimentares no Turismo de Base Comunitária da Acolhida na Colônia, Santa Catarina, Brasil. *Rosa dos Ventos- Turismo e Hospitalidade*, 13(1):156-176. doi:<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v13i1p156>